

PARTE II

A FORÇA MOTRIZ DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

E a revolução no Brasil será proletária ou não será revolução...

(II Congresso da Política Operária — 1962)

Se a caracterização socialista da revolução no Brasil foi uma das causas fundamentais do surgimento da Política Operária, outra, não menos decisiva, foi a sua definição proletária. A intervenção direta da classe operária e sua liderança sobre as demais classes e camadas oprimidas da sociedade são premissa para a revolução, nas condições do Brasil, atingir os objetivos socialistas que a história coloca na ordem do dia. Isto é, para não ficar no meio do caminho, para não se tornar “caricatura da revolução”.

Para chegar a essa conclusão partimos da análise da sociedade brasileira. Esta tinha dado passos decisivos no caminho da industrialização na década de 1950, quando a parte industrial do Produto Nacional ultrapassou a contribuição agrária, tradicionalmente preponderante. Podemos nos poupar de citar as estatísticas correspondentes que são amplamente conhecidas e divulgadas: basta lembrar que, tomando em conjunto a produção industrial e os chamados Serviços, o total começou a perfazer mais da metade do Produto Nacional e essa situação evidentemente não mudou mais, a não ser no sentido de uma crescente acentuação dos fatores industriais capitalistas.

Essa análise e suas conclusões óbvias pairavam sobre a vintena de delegados reunidos pela primeira vez, vindos dos quatro cantos do país para elaborar as diretrizes da Política Operária em escala nacional, e foram confirmadas poucos anos

depois. O golpe militar de 1964 foi um nítido produto das contradições entre trabalho assalariado e capital, as quais tinham se tornado fundamentais na sociedade brasileira. Foi produto direto da crise econômica cíclica do capitalismo brasileiro, começada em 1961/62, tendo atingido o seu ponto mais baixo em 1964/65 e da qual o regime começou a sair lentamente dois anos mais tarde. Foi, de certo modo, o cartão de visita do capitalismo brasileiro no cenário econômico mundial. Não é que o país não tenha conhecido o fenômeno das crises cíclicas no passado, mas o conheceu como apêndice da economia mundial e em consequência das crises nas metrópoles capitalistas. A crise brasileira, iniciada em 1961, entretanto, foi legitimamente nacional e se deu justamente numa fase de alta da conjuntura econômica, tanto nos Estados Unidos como nos centros do Mercado Comum Europeu. Foi a saturação da mais recente onda de industrialização no Brasil e suas consequências sociais e políticas que fizeram a classe dominante temer pela manutenção do sistema e entregar o poder às forças armadas, como garantia da ordem existente.

□ PROLETARIADO COMO FORÇA MOTRIZ

Uma vez estabelecida a contradição fundamental como sendo entre capital e trabalho assalariado, tínhamos de enfrentar as consequências. Tratava-se antes de tudo de definir a força motriz do processo revolucionário. Está implícito à concepção materialista e histórica do marxismo que a força motriz da revolução se encontra nos centros de produção, que sustentam a sociedade, e como estes, lenta mas seguramente, tinham-se mudado para as cidades como resultado da industrialização, não havia mais dúvidas sobre o papel do proletariado industrial como classe hegemônica no processo revolucionário. Falar de uma classe hegemônica significa raciocinar em termos

de uma aliança de classes e esta, em termos brasileiros, tinha de abranger, além da classe operária industrial, os trabalhadores do campo e as camadas radicalizadas da pequena burguesia urbana. Falamos de camadas radicalizadas e não da pequena burguesia, contraditória e dividida e que representa também uma reserva da burguesia na luta de classes (a justeza dessa análise foi igualmente confirmada em 1964, quando a grande maioria da pequena burguesia aderiu e apoiou o golpe militar). A formação dessa aliança revolucionária e, concretamente, a mobilização do potencial revolucionário do campo, o despertar e a organização dos 11 milhões de trabalhadores rurais e camponeses de duvidosas posses de terra, na luta de classes no terreno de uma sociedade preponderantemente capitalista-industrial, exigem a presença de uma classe operária que tivesse consciência do seu papel e capacidade de liderança. Isso quer dizer que nas condições da sociedade brasileira a hegemonia proletária não pode se limitar a uma liderança ideológica (como foi o caso na China) e, sim, implica a intervenção e a liderança física dos quatro milhões de operários no processo revolucionário. Isso significava também que o partido revolucionário tem de ser um partido operário e que as vanguardas marxistas-leninistas existentes têm de encontrar o caminho para o proletariado, se quiserem desempenhar o papel que pretendem.

Já assinalamos que a caracterização da Revolução Brasileira como socialista não significa ainda que as condições já estivessem maduras para pô-la na ordem do dia da luta imediata. Tampouco, o fato de constatar o papel hegemônico do proletariado no processo revolucionário não significa ainda que a classe operária brasileira já estivesse em condições de exercê-lo. Há, porém, uma diferença implícita nas duas colocações. Como a revolução socialista depende do fato de o proletariado exercer realmente o papel hegemônico e como este não se limita ao ato da revolução, mas é necessário no processo revolucio-

nário em todas as suas fases, o problema fundamental das lutas de classe no país é o da formação dessa classe operária capaz de dar conta da sua missão.

Esse problema fundamental se revelou em todos os momentos da política brasileira que levou ao golpe militar. Foi confirmado diariamente na política nacional pelo fato de o proletariado não estar exercendo esse papel independente e muito menos hegemônico. Ele atuava como instrumento de facções da classe dominante e estava à mercê da política delas. Trinta anos de reformismo e de política de colaboração de classe do Partido Comunista Brasileiro tinham atrasado o processo histórico que Marx chamava de transformação do proletariado de classe **em si** em classe **para si**, da formação de uma classe operária independente, livre da tutela ideológica e política da burguesia e oposta à sociedade burguesa.

O que significa “classe operária **para si**” em condições latino-americanas?

Historicamente, isto é, até hoje, o nível político mais alto atingido por um proletariado, neste continente, foi sem dúvida em Cuba. Foi o país onde o proletariado agiu **como classe** mesmo quando a ditadura de Batista destruiu as suas organizações de massa legais, procurando substituí-las por entidades oficiais sob o controle do Estado. A classe operária cubana formou suas organizações clandestinas (os comitês de defesa) que continuavam a dirigir a luta nas empresas. O proletariado, que já contava com a experiência da greve geral contra Machado, em 1933, soube conservar e reforçar sua consciência de classe coletiva também sob a repressão de Batista. E foi essa consciência e a oposição ativa ao regime que a guerrilha conseguiu catalisar e que conduziu à greve insurrecional e à revolução socialista. Todavia, e isso explica também a política interna e externa de Cuba nos dias de hoje, a organização proletária em Cuba não chegou a um nível de representação política direta da classe, como os “*soviets*” no início da Revolução Russa, ou órgãos

semelhantes que outras revoluções produziram. O proletariado cubano entregou o poder executivo a uma cúpula revolucionária, que fala em seu nome, e isso explica por que Cuba, até hoje, não se preocupou em adotar uma Constituição Socialista.*

Atualmente, na América Latina capitalista, o proletariado mais amadurecido como classe é, sem dúvida, o chileno. Trata-se de um proletariado que, embora dominado por partidos reformistas, age como classe. É em sua imensa maioria socialista ou comunista, “marxista”, levando em conta as limitações do reformismo oficial. Pode flutuar e hesitar entre socialistas, comunistas e agrupamentos menores, mas não dará mais a sua confiança e seu voto aos representantes políticos da burguesia, que é reconhecida como classe antagônica (a não ser que as lideranças reformistas o recomendem, mas mesmo isso já criou dificuldades). Se este potencial de classe na luta política chilena — como nos casos francês e italiano — não se traduz em ações mais consequentes, isso se deve a circunstâncias políticas e históricas, que não se limitam àquele país.

O proletariado mais agressivo, nos últimos anos, mostrou ser o argentino. Foi na República Argentina, principalmente no interior, onde o operário industrial foi às ruas, as massas parcialmente armadas, para enfrentar a repressão. Os operários de Córdoba deram uma lição prática de luta de classe ao proletariado de toda a América Latina. A consciência do proletariado argentino, todavia, ainda se esconde por baixo de uma ideologia peronista, que se torna um ônus para a formação da classe independente. Existe uma grande discrepância entre o movimento real do proletariado argentino e as formas sob as quais toma consciência de sua luta. A superação dessa discrepância é uma condição para a formação da classe **para si**.

* Cuba adotou uma Constituição em 1976, na qual se assinala o caráter socialista do Estado, organizado com base na Assembleia Nacional do Poder Popular. [Nota dos editores].

Entre as classes operárias maiores do continente é provavelmente a mexicana que se encontra num estágio de amadurecimento mais remoto ainda. Tradições históricas particulares — país de maior revolução agrária do continente e que mais tarde iniciou o processo de industrialização — atrasaram o processo de formação política do proletariado. A isso se juntou o fato de o Partido Comunista Mexicano nunca ter preenchido o papel de um partido do proletariado e o resultado foi a institucionalização do movimento operário dentro do partido burguês oficial (PRI) nas últimas duas décadas de quase ininterrupta expansão do capitalismo mexicano.

A posição do proletariado brasileiro se situa hoje entre os graus de desenvolvimento do argentino e mexicano. Rompeu as amarras de uma integração oficial, que no Brasil se deu principalmente por intermédio de um sindicalismo estatal, sob o controle do Ministério do Trabalho, mas não encontrou ainda suas formas de organização próprias, que lhe permitissem travar a luta como classe em escala nacional. Foi a própria ditadura que mais contribuiu para afastar o proletariado dos organismos sindicais oficiais. Sendo o congelamento salarial uma das metas do golpe de Estado, a ditadura tem pouca margem para desenvolver uma demagogia trabalhista. O proletariado compreendeu isso instintivamente e resistiu como classe ao golpe. Na medida em que se pôde movimentar como classe depois do golpe — geralmente em escala regional — manifestou-se contra a ditadura. As greves gerais de Minas e de Osasco, no fundo, eram greves políticas, apesar das reivindicações terem se limitado ao terreno salarial. Não se pode afirmar, todavia, que o proletariado brasileiro já tenha adquirido a sua independência e maioria. Apesar do desencanto com o trabalhismo e o desgaste das antigas lideranças populistas, o vácuo ainda não foi preenchido pelo surgimento de uma liderança política operária e isso significa que fica aberta a possibilidade de novas influências burguesas e pequeno-burguesas, estranhas à classe.

Esse atraso da classe operária brasileira se deve antes de tudo ao atraso das suas chamadas “vanguardas”, a histórica, representada pelo PCB, mas não menos às novas, produto da desintegração do PCB, como veremos em seguida. Mas para compreender o fenômeno em toda a sua amplitude temos de fazer um balanço crítico do desenvolvimento objetivo do proletariado brasileiro nos últimos anos.

□ CAMINHO DO PROLETARIADO BRASILEIRO

A atual classe operária brasileira se formou e se desenvolveu durante o Estado Novo — a ditadura bonapartista de Getúlio Vargas, e nos anos do pós-guerra, nas fases de expansão industrial do país. Ela é produto dessas fases maiores mais recentes da industrialização, iniciada com a instalação da indústria pesada, começada em Volta Redonda, e pouco ou quase nada tem em comum com o jovem proletariado brasileiro da Primeira Guerra Mundial, formado em grande parte por imigrantes de tradição anarquista, bastante combativos para produzir as greves gerais que abalaram São Paulo e Rio de Janeiro, entre 1917 e 1919. A quebra na continuidade do crescimento, no sentido político, a ruptura entre as gerações, foi causada pela repressão do Estado Novo, que destruiu o sindicalismo livre operário e, simultaneamente, inaugurou uma política paternalista de legislação social e de salário mínimo, apoiada num sindicalismo oficial e estatal. Essa situação só foi possível também em virtude da atuação desastrosa do Partido Comunista Brasileiro, que, sob a nova orientação do *Komintern* e a liderança de Prestes, tinha perdido o caráter de partido operário — a começar pela infeliz tentativa de quartelada de 1935 — e, isolado da sua base de classes, não sobreviveu à clandestinidade do Estado Novo como organização nacional.

Dividido em grupos regionais e ideológicos e sem atividade no seio do proletariado, acentuou-se no meio do Partido

a influência e a liderança pequeno-burguesa, à base de apoios “à burguesia progressista” e “antifascista”, os quais tiveram continuidade lógica em apoios “às forças progressistas no seio do governo”, da “política de industrialização” e do “esforço de guerra”. Isso tudo ainda se deu numa fase de violenta repressão ao movimento operário e enquanto os próprios quadros comunistas estavam sendo presos e torturados.

O resultado dessa situação foi que a jovem classe operária, formada agora em grande parte por migrantes do campo, **ficou durante quase uma década sob a influência unilateral da demagogia governamental**, sem que a esquerda tivesse força material ou ideológica para se opor a isso e quebrar o monopólio burguês.

Com o fim da guerra, a anistia política e a reorganização do PCB em bases legais, essa linha política foi oficializada. Quando a burguesia brasileira, cansada da tutela do Estado Novo, procurou se desfazer da ditadura e estabelecer uma democracia burguesa, que lhe garantisse uma participação maior e mais direta no exercício do poder, Getúlio Vargas pôde mobilizar massas operárias em sua defesa, alegando que a volta de “políticos” destruiria a legislação trabalhista criada por ele. O PCB não via caminho melhor nessa situação do que apoiar Vargas. Estabeleceu-se a aliança trabalhista-comunista. Prestes aparecia ao lado do ex-ditador nos comícios públicos. “Constituinte com Getúlio”, “Getúlio é governo de fato” e outras foram as palavras de ordem que dominavam os comícios-monstros do Rio e São Paulo, onde o Partido reunia massas operárias não menos numerosas do que o ex-ditador.

Apesar da confusão reinante no seio do proletariado e por baixo do trabalhismo reinante, havia uma profunda radicalização das massas. Os salários reais tinham caído durante a ditadura para menos da metade e o relaxamento da repressão e do clima político geral, em 1945, bastavam para que o proletariado se lançasse em ondas de greves de massa inéditas

na história do país e que arrastavam as camadas mais atrasadas e getulistas do proletariado. Este movimento espontâneo da classe operária teria sido a maior oportunidade para um partido revolucionário erradicar o trabalhismo do seu meio e reduzi-lo às suas bases peleguistas. O Partido Comunista, entretanto, consequente com sua nova linha, prestou-se a desempenhar o papel de “bombeiro” para apagar o fogo. O governo exibiu entrevistas filmadas em todos os cinemas do país, nas quais Prestes se pronunciava contra as greves e apelava para os operários a “apertar o cinto” e a fazer “sacrifícios patrióticos”.

Pela mesma razão, tanto antes como depois da queda final de Vargas, o Partido Comunista Brasileiro negou-se a atacar a estrutura sindical criada pelo Estado Novo nos moldes do sindicalismo italiano dos tempos do fascismo, contentando-se com postos de cúpula nas direções sindicais, em aliança com os velhos pelegos. A estrutura sindical não mudou até os dias de hoje.

É evidente que o pós-guerra era decisivo para a formação, ou não formação, de um proletariado independente no Brasil. Não pode ser subestimada a importância do fato de o proletariado brasileiro não conhecer sindicatos operários livres desde 1937 e, praticamente, desde aquela época, não ter tido vida sindical. E isso foi, talvez, nas condições brasileiras, o fator mais poderoso de atraso do amadurecimento da classe.

Esse aspecto, todavia, só representou uma face da política de colaboração de classes. Outro foi a completa ausência de propaganda e educação socialista no seio das massas. Não houve nem ao menos uma agitação anticapitalista. Qualquer colocação de classe dos problemas foi evitada sistematicamente, em nome de uma pretensa revolução democrático-burguesa, posteriormente “nacionalista” e “anti-imperialista”.

As consequências políticas não se fizeram esperar. A política burguesa do PCB, que tinha se adaptado ao nível do

trabalhismo, decepcionou as massas e destruiu sua combatividade. Os apoios eleitorais a políticos burgueses “progressistas”, como Ademar de Barros em São Paulo, o qual poucos meses depois de sua eleição começou uma política de repressão contra a classe operária e os próprios comunistas, desmobilizaram essa política também no terreno eleitoral. A decepção das massas se traduziu em passividade e apoliticismo crescentes. O número dos membros do PCB caiu de 200 a 40 mil, entre 1945 e 1947 — última vez que foram publicadas cifras oficiais. E a retificação da linha partidária, tentada com o *Manifesto de Agosto* (que não passou de uma reação sectária ao oportunismo anterior), não mudou mais a situação geral de declínio do movimento operário.

Uma nova ascensão do movimento de massas iniciou-se em 1957/58 e inaugurou novo marco no desenvolvimento do proletariado como classe. O movimento começou lentamente, como resultado da intensificação da política inflacionista do governo Kubitschek. O PCB, embora ainda desfrutasse do monopólio “marxista” na classe operária, enfrentou essa nova onda em posição mais fraca do que em 1945. Liquidando a fase sectária do *Manifesto de Agosto*, procurou adaptar-se a uma situação de semilegalidade e o fez voltando às posições de colaboração de classe com a burguesia sob um novo rótulo. Prestes, voltando do esconderijo, inaugurou a política de “apoio à burguesia nacional” e o novo programa do Partido foi adaptado a uma pretensa revolução “nacionalista-democrática”. Igualmente foi renovada a aliança com o trabalhismo, que tinha reavigorado sob a direção de Goulart, herdeiro de Getúlio Vargas.

As contradições de classe no Brasil estavam se aprofundando. O ritmo de expansão econômica sob o governo Kubitschek só foi possível se sustentar ao preço da intensificação do processo inflacionário, que aumentou não só as contradições no seio das classes dominantes, mas também, fundamentalmente, entre as classes dominantes e o proletariado.

A intranquilidade no meio do proletariado se manifestou primeiro por uma série de greves isoladas e movimentos parciais. O ritmo destas, entretanto, estava crescendo e em pouco tempo deu lugar às greves gerais. Sob a pressão desse movimento de massas, o governo desistiu de aplicar as leis de repressão da Consolidação Trabalhista, fez concessões e limitou-se a recorrer à corrupção, mediante os recursos do Fundo Sindical. As greves vitoriosas automaticamente foram tratadas como “legais”. Não houve mais intervenções nos sindicatos e as diretorias eleitas foram empossadas.

A política governamental foi novamente facilitada pela aliança trabalhista-comunista, que apoiou praticamente o “desenvolvimentismo” de Kubitschek.

O barômetro da situação de classe do proletariado, nessa primeira fase de nova ascensão, foram as eleições presidenciais de 1960, que revelaram profunda divisão do proletariado brasileiro e o pouco amadurecimento de sua consciência de classe. O voto operário no país se dividiu principalmente entre os dois candidatos burgueses, entre o “nacionalista” General Lott e o demagogo populista Jânio Quadros. Este já tinha unificado em torno de si praticamente toda a burguesia brasileira e o capital estrangeiro, contando ainda com a esmagadora maioria do voto das classes médias, como protesto contra a inflação. O voto operário só foi unânime na eleição do vice-presidente, João Goulart. O atraso do proletariado se manifestou de modo duplo: primeiro, por ter dado os seus votos a candidatos burgueses, inimigos naturais de sua classe, e, segundo, pelo fato de não ter dado pelo menos o seu voto como uma classe unida e ter-se deixado dividir pela burguesia.

Não havia dúvida de que a consciência de classe tinha regredido, de certo modo, em relação a 1945. Isso se via tanto pela votação dos candidatos apoiados pelos comunistas como pelo número de comunistas eleitos, que era ridículo em comparação ao pleito de 1945, apesar do número de eleitores inscritos

ter crescido para mais do dobro. O vácuo criado pela decepção com a política do PCB não foi preenchido pela esquerda. Os votos iam para as diversas facções do trabalhismo populista.

Isso, todavia, só foi a primeira fase. A situação não ficou nesse pé. A renúncia de Jânio e a tentativa de estabelecer a primeira Junta Militar aceleraram rapidamente o progresso de radicalização das massas. Radicalização, entretanto — já havíamos visto isso antes —, ainda não significou conscientização. Por enquanto a luta política se travava ainda sob matizes burgueses. A investidura de Jango como Presidente da República tinha como consequência imediata um renascimento das ilusões reformista-populistas, alimentadas pelo PCB. Em seguida, com as decepções em torno da gestão de Jango e o desgaste de Jânio, causado pela sua renúncia e na medida em que o PCB perdia posições e o controle da situação, foi outro líder burguês, Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, quem penetrou no proletariado nacional.*

A aceleração da inflação aumentou a intranquilidade da classe operária. A desvalorização constante dos salários reais tinha financiado, em grande parte, a expansão industrial. No fim da década dos anos 1950, a burguesia brasileira, todavia, já tinha chegado à conclusão de que o ritmo inflacionário atingido não lhe ofereceria mais vantagens. De um lado, a desvalorização da moeda não impedia mais a queda da taxa de lucro e não representava mais garantia contra a crise cíclica; de outro, criava um fator de instabilidade social com consequências imprevisíveis. No início, o reajustamento salarial, à base do salário-mínimo, se dava de dois em dois anos. Em seguida,

* No texto em alemão a frase está com a seguinte redação: “Na sequência, quando também Goulart voltou a decepcionar as massas, e também o PCB — que estava ligado à política governamental — perdeu novamente posições, foi um outro político burguês, Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, que teve sucesso em penetrar na classe operária com uma fraseologia pseudorradical”. [Nota dos editores].

passou a vigorar de ano em ano. Depois da renúncia de Jânio, impôs-se um reajustamento virtual de seis em seis meses e os operários do Rio de Janeiro e de São Paulo começaram a exigir aumentos periódicos de três em três meses. A política nacional da época girava em grande parte em torno da corrida entre preços e salários.

O PCB se viu obrigado a protestar publicamente contra os “sacrifícios impostos ao povo”, mas pela boca dos seus ideólogos partidários defendia a inflação como único recurso de desenvolvimento de um país subdesenvolvido. Na prática tinha de tomar alguma medida e, assim, convocou greves gerais de apoio ao governo, como a célebre greve a favor do “Gabinete Nacionalista de San Thiago Dantas”, na época em que a burguesia tentava a experiência parlamentarista.

O modo como se realizaram as greves gerais também refletia a situação de classe do proletariado. Na Guanabara, por exemplo, onde as tradições proletárias estavam mais diluídas por influências pequeno-burguesas e pela proximidade do foco do peleguismo — o Ministério do Trabalho —, o PCB e seus aliados não confiavam no acatamento da palavra de ordem pelos operários, que não dispunham de organizações de base nas empresas. Os reformistas também não se dispunham a encorajar esse tipo de organização de base, pois o receava como fator de radicalização da luta. Encontraram então um expediente para solucionar o problema: limitaram-se a parar as duas estradas de ferro, a “Central” e a “Leopoldina”, e as barcas dos transportes marítimos Rio-Niterói. Como 80% do proletariado tinha de usar esses meios de transporte para chegar aos lugares de trabalho, a greve geral estava “declarada” e “cumprida”.

Em São Paulo, onde o proletariado era politicamente mais retraído em virtude das decepções do passado, também as chamadas greves políticas (em apoio a políticos burgueses) geralmente fracassaram. Mas, na greve de reivindicações operárias de 1963, o proletariado paulista se lembrou das

suas tradições de luta e a parede funcionou nos próprios locais de trabalho, onde organizações de base foram improvisadas na hora.

É preciso levar em conta também que as greves não eram nacionais. Limitavam-se a uns poucos centros industriais maiores. No interior do país não havia organização. Somente no decorrer das greves e sob a pressão de baixo se formou o Comando Geral dos Trabalhadores, à base da aliança entre PCB e pelegos, mas que não chegou a alterar o nível de organização operária no país.

Foi nessa situação que o proletariado enfrentou a crise política que precedeu ao golpe militar de 1964. Para completar o quadro é preciso destacar alguns fenômenos ainda.

Primeiro, a penetração de Brizola no meio da classe operária. Para conseguir isso, adaptou a sua linguagem à situação radicalizada. Falava em “classes dominantes” e “explorados” — sem com isso descuidar das suas relações com a burguesia nacional, na medida em que essa ainda lhe dava crédito. A decepção com Jango e a atitude dúbia do PCB fez que ele conseguisse vencer as desconfianças do proletariado industrial e que suas alocações radiofônicas encontrassem um público crescente. Seus apelos a favor da criação de “Grupos de Onze” encontraram eco nas regiões mais afastadas do país e células e bases sindicais inteiras do PCB começaram a ignorar praticamente as diretrizes partidárias e se colocaram à disposição de Brizola.

Em segundo lugar, o campo começou a se movimentar em seguida à classe operária e em dependência da cidade. Pouco tempo antes tinha fracassado o intento de organizar as “Ligas Camponesas” em escala nacional. As Ligas só tomaram importância regionalmente, no Nordeste, especificamente nas regiões açucareiras de Pernambuco e Paraíba. No resto do Brasil, não passavam de pequenas ilhas isoladas. Em troca, os primeiros anos da década de 1960 assistiram ao surgimento de sindicatos rurais e à organização de camponeses em bases improvisadas,

acompanhadas de invasões de terras. O movimento só estava em seu começo e como os camponeses não tinham condições de se organizarem, nem nacionalmente, nem em âmbito regional, ficou à mercê do ritmo das conjunturas da luta de classes nas cidades.

Em terceiro lugar, deu-se no decorrer da crise um processo de decomposição no seio das forças armadas. O movimento dos sargentos e o ainda mais radical dos marinheiros ameaçavam cindir horizontalmente as forças armadas, provocando espontaneamente uma aproximação entre os setores mais combativos do proletariado e os militares rebeldes. Ambas as partes sentiam o que a Política Operária formulou publicamente: “o movimento dos sargentos e dos marinheiros tinha de formar a cobertura armada da classe operária no presente estágio da luta”. E, quando houve a confraternização entre metalúrgicos e marinheiros no sindicato de São Cristóvão e a conseguinte adesão dos fuzileiros navais, mandados para prender os marinheiros, estava dado um exemplo histórico de “modelo” da revolução proletária no Brasil.

Foi, evidentemente, uma antecipação de “modelo”, que ainda não correspondia às relações de forças existentes e que, além disso, não contava com o elemento do trabalhador rural presente — a não ser indiretamente pela origem social dos marinheiros —, mas que indicava o caminho. A burguesia compreendeu a ameaça e tratou de dar o golpe, antes que o movimento se alastrasse.

Resumindo, os poucos meses antes do desfecho do golpe tinham contribuído mais do que anos anteriores para o amadurecimento objetivo da classe operária. A classe estava em movimento e por isso mesmo a situação estava contraditória. As manifestações de certos setores avançados ainda não refletiram a consciência geral da classe, que ainda não ultrapassara o nível do trabalhismo. Isso foi demonstrado pelo comício monstro em frente à Central do Brasil, convocado pelas três facções que

então predominavam: Jango, Brizola e o PCB. Mas na hora do golpe, quando as ditas correntes estavam em franca debandada e tinham desaparecido, o proletariado foi a única classe urbana que se mantinha como **classe** contra o golpe. Foi uma posição defensiva, mas a classe estava unida. Estava sem liderança. A velha, reformista e populista, tinha desaparecido e a nova, revolucionária, não tinha surgido ainda. E sem um partido revolucionário não se completa o processo de transformação da classe **em si** em uma **para si**.

A COLOCAÇÃO POLÍTICA DEPOIS DO GOLPE

A ditadura militar mudou as condições de luta, mas não alterou o problema fundamental das relações de classe e do processo revolucionário no Brasil.

O problema fundamental continua a ser a formação do proletariado, a conquista de sua independência ideológica e política. A mobilização das massas proletárias sob bandeira própria e sua intervenção ativa na política nacional são o único meio para alterar as relações de classe, que deram lugar à ditadura militar.

A essa conclusão a Política Operária já tinha chegado depois do golpe e seu primeiro Pleno Nacional o declarou nas suas “Teses Tiradentes”:

O traço essencial que caracterizou a política nacional antes do golpe e que possibilitou a instauração da ditadura militar sem uma resistência das massas e dos partidos políticos foi a ausência de um movimento operário independente, capaz de aglomerar em torno de si o campesinato e as camadas radicalizadas da pequena burguesia. O populismo reinante no movimento das massas trabalhadoras, que diluiu as fronteiras de uma

política de classe mediante a penetração das concepções e ilusões pequeno-burguesas no proletariado, permitiu que este ficasse a reboque de uma das frações da classe dominante, que o traiu para evitar um aguçamento das lutas sociais, entregando a proteção da sociedade burguesa-latifundiária às Forças Armadas e escolhendo o acerto com o imperialismo norte-americano.

Isso não significa que nós restringimos o processo revolucionário no Brasil à atuação do proletariado, como os nossos críticos de ontem e hoje gostam de dar a entender. Estava perfeitamente claro para nós que o proletariado isolado não pode, nas condições da estrutura social do Brasil, lançar-se sozinho à luta revolucionária da conquista do poder e da transformação da sociedade. Ele tem os seus aliados naturais em potencial: os trabalhadores do campo e as camadas radicais e proletarizadas da pequena burguesia urbana. Mas qualquer aliança de classe a ser criada se torna ilusória e não passará além das quatro paredes dentro das quais costuma ser gerada, enquanto não houver a transformação qualitativa do proletariado que lhe permita **de fato** exercer o papel de liderança e levar os seus aliados potenciais a uma luta mais consequente. Por isso as “Teses Tiradentes” constataavam:

A formação dessa classe operária independente continua sendo a tarefa fundamental de qualquer movimento consequente no país (...) é a premissa de qualquer luta revolucionária consequente, seja contra a exploração imperialista, seja contra a opressão da reação interna.

A transformação do proletariado em classe política e independente não pode ser confiada à ação espontânea da história. Esta só cria as condições objetivas. A criação da classe **para si** pressupõe a atuação consciente e contínua de um agente da

história, a vanguarda revolucionária que, na medida em que o processo avança e é acelerado por ela, se transforma em partido político do proletariado. E o partido surge na medida em que a classe operária fornece os quadros para integrá-lo e segue a sua orientação na luta.

Apesar de depois da derrota de abril, provocada por uma prolongada política reformista e revisionista das esquerdas, todas as condições objetivas para uma conscientização da classe operária estarem dadas, o proletariado dificilmente dará esse passo decisivo sozinho, de força própria. Para a formação da classe operária independente é necessária a atuação de agitadores e propagandistas revolucionários, que definam para ela os seus interesses, despertem a sua solidariedade de classe e a autoconfiança na sua força, liderem-na nas lutas parciais e indiquem claramente os seus objetivos finais. Essas tarefas só podem ser preenchidas pelas vanguardas marxistas-leninistas existentes, que no decorrer da luta se transformem em partido. O processo da formação da classe operária independente está estreitamente ligado ao surgimento do partido revolucionário da classe operária e o progresso deste reflete o amadurecimento da classe operária. (“Teses Tiradentes”)

Foi esta a estratégia com que a Política Operária entrou na luta clandestina contra a ditadura. Ou melhor, foi esta a linha estratégica elaborada, pois uma estratégia na luta de classe só existe na medida em que se formam as forças materiais, os “exércitos” a serem levados para a batalha. Nossa tarefa ainda consistia e ainda consiste em criar a força material, o “exército” proletário.

Como organização política, como vanguarda marxista-leninista, a Política Operária subordinou todos os aspectos da

luta de classes, o estudantil, o do campo, a luta armada e sua forma particular de guerra de guerrilha, ao objetivo estratégico da mobilização e organização do proletariado industrial. E como toda estratégia é uma questão de economia de recursos disponíveis, concentrou todas as suas forças e quadros:

1. nas indústrias-chave, cujo movimento repercute em toda a classe, e
2. no movimento estudantil, que naquela altura era a grande fonte de quadros revolucionários com a mobilidade exigida pelas condições de clandestinidade e os quais, naquele momento, eram indispensáveis para a organização de vanguardas operárias.

Trabalhamos em dois níveis. Primeiro, penetramos diretamente nas fábricas e nos bairros, formando quadros operários, criando organizações de base e dando o exemplo da atividade revolucionária no seio da classe; segundo, dirigimo-nos à nova esquerda, que estava surgindo depois do golpe de maneira confusa, mediante uma série de lutas internas nas organizações tradicionais, principalmente o PCB. Grande parte da nossa literatura estava destinada a esse fim e concentrava seu peso na importância, na orientação e nas particularidades do trabalho operário. Os resultados se fizeram sentir durante a reorganização da nova esquerda e o estabelecimento de frentes formais e tácitas nas fábricas e bairros. Fomos favorecidos nesse sentido pelo começo de um movimento em ascensão da classe operária, em 1966, que atingiu o seu auge em 1968, para recuar novamente perante a repressão do novo golpe. Nem as greves gerais de Minas nem de Osasco teriam sido realizadas sem o insistente e concentrado trabalho da Política Operária no seio do proletariado e junto às esquerdas.

O fato de quase toda a nova esquerda ter acompanhado a onda do trabalho operário nos dois anos de relativo ascenso

não significa que já tivesse se definido para uma linha proletária de luta de classe. Ao contrário, quando a onda começou a declinar, em fins de 1968, e a atingir em seguida o seu ponto mais baixo, os novos revolucionários escolheram objetivos mais “imediatos” e sua concepção de “luta armada” os fez desertarem do trabalho nas fábricas, e a consequência geral foi a liquidação, destruição e desaparecimento de grande parte das organizações operárias construídas nos últimos dois anos, com seus núcleos de operários revolucionários, Comitês de Empresas e redes de distribuição de literatura. Quando o proletariado, no ponto baixo da onda, mais precisou da assistência das vanguardas, ficou abandonado e mais uma vez se criou uma situação em que a imensa maioria da classe operária ficou submetida a um monopólio da influência governamental.

O “marxismo-leninismo” da maioria da nova esquerda não teve muito fôlego. Mas, para poder dar continuidade à luta, impõe-se o esclarecimento do problema fundamental para a esquerda brasileira: em que consiste a concepção marxista-leninista da luta de classes e da revolução proletária? Impõe-se voltar às fontes, para ter o critério da medida.

MARX, LENIN E O PAPEL DO PROLETARIADO

Desde que Marx, na *Miséria da filosofia*, definiu o processo de transformação do proletariado de classe **em si** à classe **para si**, isto é, da transformação de uma classe que existe objetiva e passivamente em uma classe consciente do seu papel na sociedade e que se lança na luta pela sua emancipação, dedicou sua vida e obra à aceleração do processo histórico que considerava premissa para a libertação de toda a humanidade. Não o fez de maneira “obreirista” ou populista, cortejando ou idealizando o proletariado, como tinham feito Proudhon e outros, antes e depois dele. Marx se dispôs a educar a classe operária a fim de

dar-lhe consciência do seu papel, procurando transmitir a ela o máximo dos conhecimentos das leis da sociedade e da luta de classes, os quais ele mesmo, em companhia de Engels, descobrira e sistematizara. Como educação, Marx não entendeu uma atitude paternalista ou acadêmica, e sim a assistência e orientação na luta diária que o operário trava contra o capital, nas lutas parciais e políticas no seio e contra a sociedade burguesa e que servem de escola para a formação de um proletariado com consciência de classe. De certa fase em diante, como instrumento principal dessa luta surgiram os partidos políticos da classe operária, para cuja formação Marx e Engels apelaram por ocasião da liquidação da Primeira Internacional. Esses partidos políticos operários, por sua vez, não eram outra coisa senão a fusão do socialismo científico, do marxismo, com o movimento operário vivo da época. A penetração da teoria revolucionária nas massas tinha-se transformado em força material.

Depois da morte de Marx, Engels continua a obra na mesma direção e no mesmo sentido, assistindo diretamente às vanguardas revolucionárias e aos partidos já criados em uma dúzia de países europeus (e alguns americanos), no empenho de formar o proletariado mundial independente, coveiro do capitalismo. A tarefa dos revolucionários — escreveu ele, e isso era quase um testamento legado aos companheiros de luta — em todos os países modernos (industrializados) consiste em organizar o proletariado em partido político.

Lenin retomou essa herança em circunstâncias particulares. Retomou-a num país que não tinha feito ainda nem a tentativa de revolução burguesa e onde esta ainda estava na ordem do dia; e a retomou numa época que se destacou pelo início da revolução mundial.

No começo da sua atividade política militante, colocou de imediato a fundação do partido do proletariado da Rússia como problema fundamental e primordial. Vejamos como coloca a questão nas “Tarefas dos social-democratas russos”:

O trabalho socialista dos social-democratas russos consiste em fazer **propaganda** das doutrinas do socialismo científico, em difundir entre os operários um conceito justo sobre o atual regime econômico-social, sobre seus fundamentos e seu desenvolvimento, sobre as diferentes **classes** da sociedade russa, sobre suas relações mútuas, sobre a luta dessas classes entre si, sobre o papel da classe operária nessa luta, sua atitude perante as classes que estão em decadência e perante as que estão em crescimento, sua atitude perante o passado e o futuro do capitalismo, sobre a tarefa histórica da social-democracia internacional e da classe operária russa (...).

Nosso trabalho, antes de tudo e sobretudo, é dirigido para os operários de fábrica das cidades. A social-democracia russa não deve dispersar suas forças, deve se concentrar na atividade entre o proletariado industrial, que é mais suscetível de assimilar as ideias social-democratas, é o mais desenvolvido intelectualmente e politicamente, o mais importante pelo seu número e pela sua concentração nos grandes centros políticos do país (...).

Por isso se enganam profundamente os que acusam a social-democracia russa de estreiteza, de tender a fazer caso omisso das massas da população trabalhadora, para atender somente aos operários de fábricas. Ao contrário, a agitação nas camadas avançadas do proletariado é o caminho mais seguro, o único caminho para conseguir também o despertar de todo o proletariado russo (...).

Ao radical russo parece frequentemente que o social-democrata, em lugar de chamar de um modo direto e imediato os operários avançados à luta política, afirma a necessidade de desenvolver o movimento operário, de organizar a luta de classes do proletariado; parece-lhe que a social-democracia **retrocede** assim do seu democratismo, relega a um segundo plano a luta política.

Mas, se há **retrocesso**, somente pode se tratar do retrocesso do qual fala o provérbio francês: “é preciso recuar para saltar melhor” (...).

A um partidário da “Vontade do Povo” (populistas, posteriormente “Socialistas Revolucionários” — E.M.) o conceito da luta política é equivalente ao conceito da **conjura** política (...) Mas (os social-democratas) sempre acreditaram e continuam a acreditar que essa luta não deve ser realizada por alguns conjurados, e sim por um partido revolucionário, que se apoie no movimento operário. Aham que a luta contra o absolutismo não deve consistir em organizar conjuras, e sim em educar, disciplinar e organizar o proletariado. (“As tarefas dos social-democratas russos” — passim. Grifos de Lenin.)

Não pretendemos abusar de citações, mas aqui Lenin coloca de maneira sucinta os problemas fundamentais da formação de um proletariado como classe e as tarefas decorrentes de uma vanguarda. É evidente que a questão da concentração de forças não é um **princípio** do marxismo: trata-se de um problema de **relações de forças** e do grau de amadurecimento do proletariado. Questão de princípio é a formação e organização do proletariado, mas todo movimento tem de saber decidir se o número de quadros disponível é bastante para que a organização se dedique a mais de uma frente e desempenhe de fato um papel na luta de classe.

Que essa concepção de luta deu os resultados desejados nas condições russas, já evidenciara a Revolução de 1905, cujos traços marcantes Lenin destaca no seu relato do mesmo nome:

A peculiaridade da Revolução Russa consiste precisamente em que foi uma revolução **democrático-burguesa**, pelo seu conteúdo social, enquanto que pelos seus meios de luta foi uma revolução **proletária** (...) foi simulta-

neamente uma revolução proletária, não só por ser o proletariado a sua força dirigente, a vanguarda do movimento, mas também porque o meio especificamente proletário de luta, a greve, foi o meio principal das massas em movimento (...).*

(...) Somente as ondas de greve de massas, que se estendiam por todo o país, despertaram as vastas massas camponesas do seu sono letárgico. A palavra “grevista” adquiriu para os camponeses um sentido completamente novo, chegando a ser algo como rebelde ou revolucionário, conceitos que antes se expressavam com a palavra de “estudante”. Mas como o “estudante” pertencia às camadas médias, à gente de “letras”, aos “senhores”, ficava estranho ao povo. O “grevista”, ao contrário, havia saído do povo, figurava entre os “explorados”.

Não se deve perder de vista que essa situação descrita por Lenin se deu sete anos depois da publicação das “Tarefas...”, citada mais acima, quando se tinha dado início ao trabalho sistemático na classe operária e dois anos depois da fundação do Partido, que foi em 1902. Os liberais ainda puderam duvidar da capacidade revolucionária do proletariado russo. O Partido era fraco e os quadros poucos, mas como salientou o próprio Lenin:

Não obstante, o panorama mudou por completo no curso de uns poucos meses. As centenas de social-democratas revolucionários se transformaram “prontamente” em milhares, os milhares se converteram em dirigentes de dois ou três milhões de proletários. A luta proletária suscitou uma grande efervescência e, em parte, um movimento revolucionário no seio de uma massa de

* Grifos de Érico Sachs (Ernesto Martins). [Nota dos editores].

camponeses de cinquenta a cem milhões de pessoas; o movimento camponês repercutiu no Exército e provocou insurreições de soldados, choques armados de uma parte do Exército contra outra. Assim, pois, um país enorme, de 130 milhões de habitantes, se lançou à Revolução (...). (“Sobre a Revolução Russa de 1905”).

Se citamos aqui o exemplo de revolução proletária dado por Lenin, não o fazemos com o intuito de querer substituir a análise dos fatores que caracterizam as lutas de classes no Brasil, nem queremos dizer com isto que a situação na Rússia, em 1905, era semelhante à do Brasil de hoje. Ao lado das particularidades nacionais, sociais, culturais etc., que **toda** revolução apresenta, há ainda a particularidade específica da Revolução Russa de 1905 ter sido democrático-burguesa, dirigida contra os remanescentes feudais, que se mantinham sob a forma do absolutismo. Mas o que a Rússia já tinha em comum com os países industriais era a existência do proletariado e, consequentemente, o papel que desempenhava nas lutas de classe. Por isso mesmo podemos citar o caso russo como **exemplo** de colocação do problema. Lenin mostra o **método** marxista aplicado à prática revolucionária.

Podemos escolher outros exemplos: a luta de classes em escala internacional está rica em experiências, positivas e negativas, e todas aquelas colhidas em países capitalistas, onde já existe uma contradição fundamental e a polarização de trabalho assalariado e capital, revelam problemas fundamentais semelhantes, causados pela estrutura de classes da sociedade capitalista. Se escolhemos Lenin, de primeira mão, é porque o líder revolucionário russo ainda está, cremos, acima da suspeita de “revisionismo”, “pacifismo” etc., porque “teoricamente” ainda representa um critério, um ponto de referência, numa fase de luta que se destaca pela absoluta falta de critérios, sejam teóricos ou práticos.

Mesmo assim isso não quer dizer que os pontos de vista de Lenin não possam estar superados. O marxismo não é um dogma fossilizado, no qual os “papas” já pensaram todos os problemas para nós, antecipada e definitivamente. Marxismo é antes de tudo método e é experiência acumulada e aproveitada. Mas é método materialista dialético. E na medida em que surgem constantemente novas experiências, experiências que contradizem as anteriores, elas devem poder ser digeridas e aproveitadas à base da concepção materialista da sociedade e da dialética da luta de classes.

Acreditamos que isso foi feito no caso da Revolução Chinesa, que foi uma contribuição completamente nova ao marxismo de então. No caso da América Latina (inclusive da Revolução Cubana), e especialmente no do Brasil, o aproveitamento crítico dos novos fatores na luta de classes e da própria experiência passada ainda está num modesto início. A discussão sobre os rumos da Revolução Brasileira não chegou ainda ao nível de um debate entre marxistas-leninistas, de um lado, e não marxistas e não leninistas, de outro.

Olhemos mais de perto e veremos por quê.